

Apresentação

Às portas do século XXI... no início do terceiro milênio... – Novos e Velhos Autoritarismos –

On the threshold of the 21st century... at the start of the third millennium... New and Old Authoritarianismss

João Luis Pereira Ourique ¹ 

¹ Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

O ano de 2025 evidencia um marco importante para os pesquisadores que integraram e ainda integram o **Grupo de Pesquisa CNPq Literatura e Autoritarismo**, pois o projeto interinstitucional que originou o grupo foi aprovado no ano 2000 já tendo como foco desenvolver trabalhos referentes à produção e recepção de obras literárias em contextos políticos autoritários. Transitando entre a análise de obras produzidas em contextos autoritários e de autores marcados pela opressão, também procurou identificar leituras críticas de produções que possibilitassem refletir sobre as contradições históricas e sociais de suas épocas. Os vários elementos que se relacionam com o(s) autoritarismo(s) sempre foram pensados como sustentação de uma crítica consistente, evitando o caráter genérico e simplificador dessas questões, especialmente quando destacadas estratégias que legitimam a violência e a permanência de políticas de censura, oficiais ou decorrentes de posturas reacionárias de parte da sociedade.

Nesses 25 anos de atividades promovidas pela equipe de pesquisadores, foram atingidos vários objetivos, desde os previstos no projeto inicial até os elaborados ao longo do tempo em decorrência de análises e leituras realizadas por professores e por acadêmicos de graduação e de pós-graduação que, ao longo dos anos, também se tornaram pesquisadores reconhecidos por seus trabalhos em diversas Instituições

de Ensino Superior públicas e privadas. Paralelamente a essas ações que integram a base formativa e pautam a pesquisa no contexto das IES e dos Programas de Pós-Graduação, o grupo **Literatura e Autoritarismo** também realizou diversos trabalhos para além dos muros da universidade, não se limitando à produção da pesquisa que – por si só – já seria de inegável contribuição científica e social. Foram eventos importantes, sendo que em alguns momentos ocorreram vários em um mesmo ano, sendo também realizados em parceria com outras universidades e grupos de pesquisa, potencializando a acolhida dos temas e objetivos que parecem, infelizmente, não se esgotar e se renovam como necessidade de reflexão sobre os velhos e novos autoritarismos.

E este veículo – **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** – se traduz como um dos mais relevantes resultados (ainda em curso) das atividades do grupo. O periódico acabou se estruturando, ao longo de mais de duas décadas de sua criação, como um portal de divulgação de trabalhos produzidos sobre essas temáticas, atingindo um dos objetivos do projeto inicial que era o de constituir um banco de dados sobre Literatura e Autoritarismo. A revista eletrônica pode ser entendida como uma biblioteca virtual sobre o assunto, pois as suas 44 edições regulares somadas aos 26 dossiês apresentam um volume significativo de artigos, resenhas e entrevistas que são citados em diversos contextos e embasam várias pesquisas não apenas no campo dos Estudos Literários.

O projeto de pesquisa começou no ano 2000, *às portas do século XXI*, e a revista eletrônica adentrou o *terceiro milênio* trazendo e consolidando uma discussão que não pode ficar relegada a um segundo plano. Nos 25 anos de existência do projeto/grupo de pesquisa e nos 22 anos de publicação da revista eletrônica, enfatizamos a importância do conjunto desses trabalhos e ações. E quando avaliamos em perspectiva a partir deste veículo de publicação, de um periódico nativo digital criado em um momento em que os órgãos de avaliação e as instituições acadêmicas ainda viam com restrição as publicações eletrônicas, percebemos o marco e a sua real importância acadêmica

e histórica: a **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** integra um seleto e restrito grupo de publicações acadêmicas da área dos Estudos Literários criadas diretamente no meio digital e que se manteve sem interrupções desde sua primeira edição no ano de 2003.

Ao adotar o fluxo contínuo desde 2024, a revista conseguiu contornar um grande problema para a manutenção da periodicidade das publicações acadêmicas: a avaliação dos pareceristas em tempo hábil para que não ocorresse um represamento de submissões e atraso na disponibilização de novas edições semestrais em razão da espera pelas avaliações. Como a **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** não cobra nenhuma taxa para publicação ou para acesso ao seu conteúdo, depende exclusivamente do trabalho voluntário a abnegado da sua Equipe Editorial | Literatura e Autoritarismo. Mas esse procedimento também modificou o aspecto da visibilidade das edições, fazendo com que os leitores tivessem um acesso mais amplo a textos sem uma conexão mais estreita que organizasse o conjunto de trabalhos sob uma temática específica. Com duas edições semestrais era possível organizar e distribuir os artigos aprovados em função de proximidades teóricas e/ou temáticas, elaborando uma apresentação em diálogo com esse conjunto de discussões. Com o fluxo contínuo e uma quantidade maior de textos, aliado à imprevisibilidade do que seria aprovado na sequência e da necessidade de manter a periodicidade e divulgação dos artigos liberados para diagramação, as apresentações passam a entender/atender também essa dinâmica e a operar como tentativa de dialogar com o conjunto de textos em sua diversidade e não em sua articulação direta.

Considerando, assim, as temáticas que constituem essa edição de 2025, trazemos algumas perspectivas que ajudarão o leitor a navegar por essas páginas, começando pela referência a Márcio Seligmann-Silva, pesquisador do **Grupo de Pesquisa CNPq Literatura e Autoritarismo** e uma das referências mais importantes sobre literatura de testemunho:

Para evitar confusões, devo deixar mais claro desde agora dois pontos centrais: a) A literatura de testemunho é mais do que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de auto-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. b) Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação (Seligmann-Silva, 2003, p. 373).

A essa abordagem articulamos a “crise do testemunho”, como apresentada por Idelber Avelar, em que o sentimento de revolta emerge em um espaço de incomunicabilidade entre a experiência e a dor, entre a capacidade de narrar e a necessidade de expressar o sentimento de perda. A revolta é parte do processo de luto, do sentimento de perda e da perspectiva melancólica que atravessa a sociedade enquanto lamento e ao mesmo tempo como reflexão.

O sobrevivente confronta assim um buraco negro na função restitutiva do luto. Todo luto demanda restituição, não porque se deseje restaurar o estado anterior à perda – o enlutado costuma saber que isso é impossível, e só se recusa a aceitá-lo em casos extremos de fixação no passado que conduzem a uma melancolia radical – mas porque o luto só é levado a cabo através de uma série de operações substitutivas e metafóricas mediante as quais a libido pode investir em novos objetos. A parálisis no luto indicaria então uma ruptura da metáfora: o sujeito em luto percebe a unicidade e a singularidade do objeto perdido como prova irrefutável de sua resistência a qualquer substituição, isto é, a qualquer transação metafórica (Avelar, 2003, p. 236).

A reflexão a partir da opressão e da violência contra as mulheres dentro de uma sociedade patriarcal também é uma preocupação presente ao longo dos anos nos artigos publicados nesta revista e também nesta edição. Assim, a violência normalizada e sistemática contra as mulheres coloca em pauta a discussão que visa refletir sobre as perspectivas históricas e bases teóricas do feminismo. A agenda que ampara a questão da identidade pautada na subjetividade muitas vezes é entendida

como oposta ao pensamento crítico que destaca a autonomia feminina. Nancy Fraser aponta para essas *Falsas antíteses* ao responder sobre o confronto de ideias de Seyla Benhabib e Judith Butler:

À primeira vista, suas perspectivas parecem se opor de modo irreconciliável. E, sem dúvida, uma acredita que sua posição exclui a da outra. Desse modo, a despeito de seus diversos desacordos, elas concordam em um ponto. Ambas presumem que a única maneira de resolver essa disputa é escolher ou Teoria Crítica ou o pós-estruturalismo - as feministas não podem de modo algum ter as duas coisas. Mas é essa realmente a única possibilidade? A aparente necessidade de se optar por uma abordagem, rejeitando-se a outra, cria dificuldades para teóricas que, como eu, pensam que os dois paradigmas têm algo importante a oferecer às feministas. Defendo que as feministas não têm de escolher entre a Teoria Crítica e o pós-estruturalismo; em vez disso, poderíamos reconstruir cada uma dessas abordagens de modo a reconciliá-las (2022, p. 242).

Somamos a isso a questão da subversão do desejo feminino utilizando as palavras de David William Foster, uma das grandes autoridades sobre os estudos de gênero e um importante colaborador da revista:

O patriarcado funciona sobre a base de uma estrita homologia entre másculo (macho)-masculino-homem e afeminado (fêmea)-feminino-mulher; concomitantemente elabora uma série de propostas que tendem a demonstrar que a segunda conjugação se subordina a primeira e, de algum modo, deriva dela — o feminino entendido como uma inversão distorcida do masculino ou como uma versão deficiente ou faltando com o respeito a ele: o sistema ginecológico como os genitais masculinos invertidos; a vagina como signo da castração do pênis e dos testículos, ou o clitóris como uma atrofia (paródia?) do membro viril. Nas duas conjugações, o primeiro termo alude à condição biológica (vista como predeterminada e inapelável — por ele, imperativamente inalterável). O segundo se refere à identidade de gênero que se forja sobre a base do sexo biológico. Visto como um conjunto de personagens imóveis, é praticada uma distribuição incondicional de cada gênero frente às categorias sexuais. No discurso popular, tende-se a tratar sexo e gênero como sinônimos, tanto as palavras como as categorias que nesta formulação pretende-se captar. Essa sinonímia reforça a continuidade

sem rupturas entre as esferas da construção social do patriarcado e os princípios do heterossexismo compulsório. O terceiro termo aponta para o papel social que os corpos estão condenados a cumprir, papéis que são projetos de toda uma vida (2021, p. 20-21).

Essa violência atinge, portanto, a concepção feminina e não apenas o gênero biológico. A legitimação dessa violação histórica e sistemática atende a uma proposta de poder mascarada em uma suposta ordem natural que sufoca o desejo e o submete a um padrão que deslegitima a própria ideia de noção de gênero e de papéis sociais que evidenciem a individualidade e os direitos humanos de uma maneira plena a todos os indivíduos.

Da mesma forma também se estrutura o racismo: como um projeto de construção de identidades que visa normalizar a submissão e apagar os confrontos, relegando ao aspecto da subjugação de seres considerados inferiores ao espaço da meritocracia e da ocupação de espaços de poder como legitimação deste mesmo poder. Ella Shohat e Robert Stam afirmam que

Embora possa ser irracional e até mesmo autodestrutivo, em geral o racismo é resultado de opressões concretas. Assim, os índios eram chamados de “bestas” e “selvagens” para que os brancos europeus pudessem se apropriar de suas terras; os mexicanos eram taxados de “bandidos” para facilitar a ocupação de seu território; e os povos colonizados eram ridicularizados por não terem uma cultura e uma história porque o colonialismo, em nome do lucro, procurava destruir as bases materiais de sua cultura, assim como a memória de sua história. O racismo envolve um duplo movimento de agressão e narcisismo; o insulto ao acusado é acompanhado por um elogio ao acusador. O pensamento racista é tautológico e circular: somos poderosos porque estamos certos, estamos certos porque somos poderosos. Também é essencialista, a-histórico e metafísico, pois projeta a diferença através da temporalidade histórica: “Eles são todos assim, e assim continuarão sendo” (2006, p. 45).

Nas palavras de Antonio Candido também podemos perceber essa situação como uma forma de validação do domínio colonial e da exclusão, como um processo de perversão de ideais ao longo de um processo histórico pleno de contradições que

se sustentam sobre argumentos consistentemente deturpados em prol de aspectos moralmente condenáveis:

Os países da América Latina realizaram sua independência política sob o influxo da Ilustração. Os seus promotores assumiram alguns princípios desta, que atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas existentes entre o México e a Terra do Fogo. Um destes princípios pode ser expresso por meio das seguintes proposições: 1) o saber trará a felicidade dos povos; 2) este saber é aquele que veio da Europa, trazido pelo colonizador; 3) os detentores deste saber formam uma elite que deve orientar o destino das jovens nações (Candido, 2002, p. 320).

Essa perversão de ideais e de ideias mascara um discurso que insiste em permanecer mesmo em tempos (mais) democráticos, pois se estabelece como um projeto de longo prazo dentro da formação da sociedade brasileira, sendo responsável por perpetuar marcas de vários tipos de autoritarismo percebidos na contemporaneidade. A obra de Laurentino Gomes, ao recuperar o processo histórico da escravidão negra e da diáspora africana, estabelece um enfrentamento perante essa nova empreitada do sistema capitalista e do início da era moderna entendido a partir do primeiro leilão de escravos ocorrido em 8 de agosto de 1444.

A história da escravidão africana no Brasil é repleta de dor e sofrimento. Centenas de livros já foram escritos sobre o tema, mas, provavelmente, nenhum deles conseguirá jamais expressar as aflições de um único cativo dos milhões capturados na África, embarcados à força em um navio, arrematados como mercadoria qualquer num leilão do outro lado do oceano, numa terra que lhes era completamente estranha e hostil, onde trabalhariam pelo resto de suas vidas sob o chicote e o tacão de seu senhor. (...) [desde o] leilão de 1444 em Lagos, o comércio de escravos ajudaria a financiar as chamadas viagens dos descobrimentos. O sangue, o suor e o sacrifício dos cativos permitiriam que os portugueses, no meio século seguinte, abrissem um novo caminho para as Índias, contornando por mar o continente africano, explorassem as costas da China e do Japão, estabelecessem entrepostos de comércio de especiarias nos atuais territórios da Indonésia e do Sri Lanka e, finalmente, chegassem ao Brasil, que logo se firmaria como a maior e mais lucrativa colônia do Império Português, e também a mais dependente de mão de obra escrava. (2019, p. 47-61).

A ascensão de novas formas de autoritarismo, trazendo, inclusive, releituras de movimentos que já eram considerados superados pelo humanismo e pelos Direitos Humanos que marcaram uma ideia de cidadania desde a segunda metade do século XX, como o nazifascismo, evidencia uma preocupação e uma inquietante atualidade do posicionamento crítico desta publicação. E muitos dos artigos publicados se situam quase como uma *defesa das causas perdidas*, próximo do que Slavoj Žižek trouxe, ainda no contexto da primeira década do século XXI, como argumento para embasar suas reflexões sobre o papel ativo do intelectual e do pensamento crítico.

O senso comum de nossa época diz que, em relação à antiga distinção entre doxa (opinião acidental/empírica, Sabedoria) e Verdade, ou, ainda, mais radicalmente, entre conhecimento positivo empírico e Fé absoluta, hoje é preciso traçar uma linha entre o que se pode pensar e o que se pode fazer. No nível do senso comum, o máximo a que se pode chegar é ao liberalismo conservador esclarecido: obviamente, não há alternativas viáveis ao capitalismo; ao mesmo tempo, deixada por sua própria conta, a dinâmica capitalista ameaça solapar seus próprios fundamentos. Isso diz respeito não só à dinâmica econômica (a necessidade de um aparelho de Estado forte para manter a própria competição do mercado etc.), como também, e ainda mais, à dinâmica político-ideológica. (...) Nesse horizonte, a resposta, portanto, não é nem o liberalismo radical à Hayek, nem o conservadorismo grosseiro, nem muito menos o apego aos ideais do Estado de bem-estar social, mas sim uma mistura de liberalismo econômico com um espírito de comunidade minimamente “autoritário” (a ênfase na estabilidade social, nos “valores” etc.) que contrabalance os excessos do sistema. (...) O problema, naturalmente, é que, numa época de crise e ruptura, a própria sabedoria empírica cética, restrita ao horizonte da forma dominante de senso comum, não pode dar respostas, e é *preciso* arriscar o Salto de Fé (2011, p. 20-21).

Essa reflexão político-filosófica provoca a questão da leitura da produção artística e cultural, em que os textos literários sucumbem em grande parte ao senso comum e são empobrecidos em sua recepção. No nosso caso, o *Salto de Fé* está mais voltado para nossa própria compreensão e insistência em aceitar e entender um processo histórico de opressão que atravessa os textos literários e suas leituras.

Além dessas referências e abordagens, esta edição apresenta análises e reflexões de textos narrativos, líricos e dramáticos, passando pela relação entre estudos literários e filosofia, infância, resistência feminina, bem como discussões sobre projetos nacionais marcados pelo autoritarismo. Agradecemos a significativa e expressiva contribuição das autoras e autores que submeteram seus trabalhos para serem publicados nesta edição da **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**. Somando-se ao conjunto de textos disponíveis para acesso no nosso ambiente digital, contribuirão para discussões e novos desdobramentos no âmbito de pesquisas sobre obras literárias e produtos culturais em contextos políticos autoritários, tópicos que compõem o foco do periódico.

Equipe Editorial – Editores

REFERÊNCIAS

AVELAR, Idelber. **Alegorias da derrota**: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Tradução: Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CANDIDO, Antonio. Perversão da Aufklärung. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. Seleção, apresentação e notas: Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

FOSTER, David William. **Sexualidades e identidades culturais** [recurso eletrônico]. Organização: João Luis Pereira Ourique e Lizandro Carlos Calegari. Tradução: Aline Coelho da Silva... et al. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. Tradução: Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiane. São Paulo: Boitempo, 2022.

GOMES, Laurentino. **Escravidão** – Volume 1 – Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). **História, memória, literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

Equipe editorial

João Luis Pereira Ourique

Doutor em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria
Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (ILA-FURG), líder do Grupo de Pesquisa CNPq ÍCARO (UFPel) e pesquisador dos Grupos de Pesquisa CNPq Literatura e Autoritarismo (UFSM), Laboratório de formação docente e reconhecimento das infâncias/ LabForma (UFPel) e Historiografia literária, cânone e ensino (UnB).
<https://orcid.org/0000-0003-4113-5553> • jlourique@yahoo.com.br

Editora-chefe

Rosani Ketzer Umbach

Como citar este artigo

OURIQUE, J. L. P. Às portas do século XXI... no início do terceiro milênio...– Novos e Velhos Autoritarismos. **Literaturae Autoritarismo**, n.44, e998291, 2025. DOI:10.5902/1679849X98291
Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/98291>. Acesso em: xx/xx/xx